https://doi.org/10.47456/simbitica.v11i3.45013

Mudanças Climáticas: situação atual e sugestões para agenda de pesquisa em ciências sociais em Moçambique

Climate Change: suggestions for the social science research agenda in Mozambique

Cambio climático: situación actual y sugerencias para una agenda de investigación en las ciencias sociales en Mozambique

Carlos João Batista Manjate
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Edison Auqui-Calle
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo O artigo propõe analisar a situação da temática das mudanças climáticas como objeto de estudo das ciências sociais em Moçambique, considerando que este país é um dos mais vulneráveis do mundo a catástrofes climáticas. O trabalho foi elaborado a partir de uma revisão bibliométrica na plataforma *Scopus*, além da procura de informação relevante sobre o tema nas páginas oficiais das dez principais universidades de Moçambique. Argumentamos que há uma periferização das mudanças climáticas, como objeto de estudo nas ciências sociais, o que contrasta com a visibilidade da questão em instituições governamentais e painéis intergovernamentais. Por fim, propomos o construcionismo ambiental e a ecologia decolonial como ferramentas que podem de forma recíproca se iluminar na construção de uma agenda de pesquisa para as ciências sociais em Moçambique, fornecendo uma ampla base teórica para abordar questões críticas relacionadas às mudanças climáticas e à colonialidade.

Palavras-chave: mudanças climáticas; desnaturalização; ciências sociais; Moçambique.

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, Vitória. ISSN: 2316-1620

Abstract The article proposes to analyse the situation of the theme of climate change as an object of study of the social sciences in Mozambique, followed by a proposal for a research agenda, considering that this country is one of the most vulnerable in the world to climate catastrophes. The work was prepared from a bibliometric review on the *Scopus* platform and through the search for relevant information on the subject in the official pages of the ten main universities in Mozambique. We argue that climate change has been marginalized as an object of study in the social sciences, which contrasts with the visibility of the issue in government institutions and intergovernmental panels. Finally, we propose environmental constructionism and decolonial ecology as tools that can mutually illuminate each other in the construction of a research agenda for the social sciences in Mozambique, providing a broad theoretical basis for addressing critical issues related to climate change and coloniality.

Keywords: climate change; denaturalization; social sciences; Mozambique.

Resumen El artículo propone analizar la situación del cambio climático como objeto de estudio dentro de las ciencias sociales en Mozambique, considerando que este país es uno de los más vulnerables del mundo frente a las catástrofes climáticas. El trabajo fue elaborado a partir de una revisión bibliométrica en la plataforma *Scopus* y mediante la búsqueda de información relevante en las páginas oficiales de las diez principales universidades de Mozambique. Argumentamos que existe una periferización en las ciencias sociales del cambio climático como objeto de estudio, esto contrasta con la visibilidad del tema en instituciones gubernamentales y paneles intergubernamentales. Finalmente, proponemos que el construccionismo ambiental y la ecología decolonial como herramientas que pueden iluminar recíprocamente la construcción de una agenda de investigación para las ciencias sociales en Mozambique, proporcionando una base teórica amplia para abordar cuestiones críticas relacionadas con el cambio climático y la colonialidad.

Palabras clave: Cambio climático; desnaturalización; ciencias sociales; Mozambique.

Recebido em 27-06-2024
Modificado em 20-09-2024
Aceito para publicação em 12-10-2024

Introdução

A temática ambiental e sua problematização nem sempre estiveram presentes nas preocupações dos cientistas sociais. Buttel (1992) encontra a razão disso na história do surgimento destas disciplinas, em particular da sociologia, que se caracterizou pelo relacionamento ambivalente com a biologia e outras disciplinas que dizem respeito ao meio ambiente.

Não pretendemos desenvolver aqui uma longa história de constituição das diferentes ciências sociais. Consideramos que a tradição clássica da sociologia, inóspita no tocante ao estímulo a teorias e pesquisas sociológicas de fundo ecológico, continua exercendo influência em muitos pesquisadores na atualidade. O paradigma da excepcionalidade humana, mobilizada para justificar um método de pesquisa que permitisse originalidade às ciências sociais, pode ser confirmada na sociologia durkheimiana, sustentada no argumento de que o social deve ser explicado pelo social e apenas pelo social (Durkheim, 2004 [1895]).

O surgimento do movimento ambientalista de massa no final dos anos 60, nos Estados Unidos, e o aparecimento da sociologia ambiental um pouco mais tarde, provocaram uma resposta cética e, muitas vezes, condescendente, por parte de muitos indivíduos bem-conceituados dentro das comunidades da sociologia de outras ciências sociais (Buttel, 1992:70). Quando em 1970 se inaugura aquilo que ficou conhecido como *decénio ambiental*, cientistas sociais e, particularmente, os sociólogos deparam-se com a realidade de não terem um corpo teórico para guiar uma interpretação particularizada da relação entre sociedade e meio ambiente (Hannigan, 2009).

A herança positivista, fundada em pressupostos de uma ciência ao serviço da ordem e progresso, não se engajava na crítica em torno das questões ecológicas, pois eram vistas como ameaça ao processo de desenvolvimento econômico e, consequentemente, o tema ficava relegado para segundo plano, criando fronteira rígida entre natureza e cultura, entre humanos e não humanos. Então, as ciências sociais (como a sociologia) constituem-se na aceitação de um crescimento e progressos ilimitados através do desenvolvimento científico e técnico, enquanto ignoram as restrições potenciais do fenómeno ambiental, como as mudanças climáticas. Hannigan (2009:20) caracteriza os sociólogos assim orientados como "vendedores ambulantes de desenvolvimento e progresso".

Fleury et al. (2014:45), mostram-nos o longo caminho que a sociologia ambiental percorreu, mas, sobretudo, como na sua origem "teve como objetivo romper com a primazia do social – entendido como exclusivamente humano – na análise sociológica", este processo teve nítida influência da academia norte-americana (Almeida, 2019; Hannigan, 2009; Buttel, 1992). Este objetivo não foi alcançado tanto pelas vertentes da sociologia ambiental como pelas abordagens mais atuais dos estudos sociais da ciência e da tecnologia (ESCT), de onde "O ambiente é, nessas abordagens, uma questão moderna: um problema das sociedades industriais avançadas, um risco a que se está exposto, uma construção social, ou redes sociotécnicas" (Fleury *et al.* 2014:52).

No caso latino-americano, conforme discutido por Fleury *et al.* (2014), o ambiente ganhou centralidade em suas discussões, estendendo-se até mesmo à discussão da dimensão cosmopolítica de diversos conflitos socioambientais. Porém, na contemporaneidade, o que acontece em espaços como África?

Não é novidade que o planeta atravessa uma crise ecológica e civilizacional, gerada por um padrão de desenvolvimento que acentuou problemas sociais, económicos, políticos e ambientais, mas, ao mesmo tempo, ataca as condições primordiais que tornam possível a produção e reprodução da vida (Lang, 2011; Lander, 2019). Como considera Almeida (2019), o tema das mudanças climáticas é, por excelência, um tema que exige uma abordagem colaborativa, integradora, entre diferentes ciências e abordagens analíticas. Assim, as alterações climáticas têm sido apresentadas como um problema global gradualmente reconhecido como uma ameaça à sobrevivência da humanidade (Moreano *et al.* 2021). Embora, ao mesmo tempo, haja uma série de críticas pela pouca atenção que os estados dão aos problemas socioambientais do aquecimento global.

Apesar do entendimento, cada vez mais presente, que a temática ambiental e, concretamente, os impactos resultantes das mudanças climáticas têm uma dimensão social, que não pode ser restringida ao domínio técnico, as ciências sociais continuam mobilizando-se pouco em torno das questões neste campo de estudo (Almeida, 2019).

Assim, a crítica aos estados e academia pela ausência de problematização em torno das questões ambientais, mesmo do campo sociológico e das ciências sociais e com a maior frequência de fenômenos climáticos extremos e incontestáveis impactos ambientais da ação humana no planeta, acabam ganhando importância e provocando um novo foco sobre os *problemas ambientais* que gera novas reflexões e conceitos.

Nas duas últimas décadas, as mudanças climáticas têm feito com que as ciências sociais produzam mais trabalhos na área ambiental, embora essa produção ainda seja pequena e dispersa em várias vertentes (Salmi & Fleury, 2022; Almeida, 2019; Veltrone, 2017). Assim, a temática das mudanças climáticas tem progressivo espaço no debate público, consolidando-se nas ciências sociais, enquanto objeto de estudo (Salmi & Fleury, 2022), porém, isso não sugere inexistência de certa periferização do debate em alguns segmentos académicos e políticos localizados no Sul Global.[1] Essa discussão é importante, pois diante a situação e disputas em torno do tema, as ciências sociais não podem continuar justificando afastamento de um debate proeminente, socorrendo-se de que os clássicos não o deixaram como legado.

Assim, o argumento do artigo é que a temática das mudanças climáticas se encontra na periferia da agenda de pesquisa nas ciências sociais em Moçambique, embora esse debate esteja se consolidando no contexto mais amplo destas disciplinas. A partir de teorias de alguns autores consagrados no debate da temática ambiental nas ciências sociais: Jonh Hannigan com construcionismo ambiental e Malcom Ferdinand com abordagem da ecologia decolonial, mostramos a necessidade da *desnaturalização* da

[1] Trata-se de em termo cujo uso está em disputa. Caassimo (2021) apresenta três interpretações do Sul Global: geográfico territorial; conjunto das nações pobres e, países vencedores das lutas de libertação colonial. No entanto seguimos a linha de autores que definem esse conceito como categoria contra hegemónica.

temática ambiental no geral e das mudanças climáticas em específico, ou seja, ultrapassar a ideia presente na sociedade moçambicana de que as mudanças climáticas são uma questão de ordem natural e só podem ser abordadas pelas chamadas ciências duras .

O trabalho foi elaborado a partir de revisão bibliométrica sistemática em base de dados do *Scopus*, conectando três palavras-chaves: Mudanças climáticas, Moçambique e eventos extremos. Além disso, foram feitas buscas em repositórios de publicações científicas das dez principais universidades de Moçambique,[2] vendo monografias, dissertações, teses, artigos e pesquisas em andamento, com objetivo de ver o lugar ocupado pela temática das mudanças climáticas. Também fizemos uso do caderno de resumos do I Congresso de Pensamento e Prática Social Sociedades Diferenciadas, Instituições e Tolerância (FCSF, 2023), e do I Congresso Internacional Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento comunitário organizada pela Universidade Púnguè, como casos recentes que visualizam agenda de pesquisa em Moçambique, em específico, nas ciências sociais.

O artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção descrevemos a relação entre Moçambique e as alterações climáticas em termos de vulnerabilidade; na segunda seção expomos a situação das mudanças climáticas como objeto de estudo nas ciências sociais em Moçambique e uma certa periferização desta dimensão; na terceira parte apresentamos a discussão sobre as mudanças climáticas e a necessidade de abordar estas questões através das ciências sociais. Finalmente, em forma de questões, apontamos sugestões de agenda de pesquisa sobre as mudanças climáticas para as ciências sociais em Moçambique, sem ambicionar o fechar as sugestões.

As mudanças climáticas como agenda nas ciências sociais

Hannigan (1999) considera que, Catton e Dunlap, ao levarem a cabo uma cruzada para converter os sociólogos ao seu novo paradigma ecológico, com objetivo de eliminar de uma ponta a outra as divisões na teoria sociológica, defendendo uma abordagem que fosse menos antropocêntrica (centrada no ser humano) e mais *ecocêntrica* (os seres humanos são apenas umas das múltiplas espécies que habitam a terra), podem ser considerados os percursores do interesse da temática ambiental pelas ciências sociais e pela sociologia em especifico.

É com grande influência da sociologia de Catton e Dunlap que as reflexões no âmbito deste novo ramo da sociologia ganharam força e, que mais tarde alguns trabalhos sobre o aquecimento global e as mudanças ambientais serão desenvolvidos no interior de várias subdisciplinas das ciências sociais como a antropologia, história, ciência política etc. (Hannigan, 1999).

[2] Universidade Eduardo Mondlane; Universidade Católica de Moçambique; Universidade Pedagógica; Universidade Lúrio; Universidade Zambeze; Universidade Técnica de Moçambique; Universidade São Tomás de Moçambique; Universidade Politécnica; Universidade Jean Piaget de Moçambique; Universidade Save e Universidade Mussa Bin Bique. uniRank. https://www.4icu.org/mz/

É num contexto de identidades múltiplas que, segundo Almeida (2019), emerge a promoção do debate acerca da dinâmica da relação sociedade-natureza, e a sociologia do ambiente estrutura-se como uma área de estudo que se pretende com certa autonomia. Porém, o comprometimento com essa temática não pode ser considerado como um aspeto meramente resultante dos interesses teóricos, situa-se em grande parte nas consequências observáveis sobre a humanidade e dela resultarem diferentes problemas que necessitam de ser administrados pelo poder público.

A resolução 43/53 de 1988, da Organização das Nações Unidas (ONU), versa especificamente sobre a preocupação com as questões das mudanças climáticas, ao afirmar que a instituição estaria convencida do "impacto negativo de uma mudança no clima do planeta", e propõe a criação de um fórum de discussões sobre o tema, sob o controle da Organização Meteorológica Mundial (WMO, em inglês) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A partir desta resolução, surge o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), responsável pela elaboração de diversos relatórios sobre o clima global (Almeida, 2019:10).

O IPCC há algum tempo destaca a importância de um maior engajamento das ciências sociais para lidar com as dimensões sociais e humanas dos problemas ambientais, essencialmente pensado no sentido de que suas ações avaliam de forma abrangente, objetiva, aberta e transparente a informação científica, técnica e socioeconómica relevante para a compreensão da base científica do risco de mudanças climáticas (Martins & Ferreira, 2009).

Essa recomendação do IPCC e outros institutos de pesquisa científica não está isenta de problemas. Os estudiosos da temática ambiental e, em especial, das mudanças climáticas, são formalmente consensuais do hibridismo, onde aspetos sociais devem merecer mesma atenção quanto das ciências do clima, o que demandaria um pensamento mais complexo e menos redutor, com a interdisciplinaridade aparecendo como uma urgência. No entanto, segundo Veltrone (2017), a cooperação entre ciências naturais e sociais, geralmente não vai além de parcerias pontuais em projetos, mesmo porque as ciências naturais já lidam com a mudança climática há mais tempo, havendo um acúmulo de teorias e métodos. Mas, por outro lado, a herança antropocêntrica que as ciências sociais carregam, tem limitado a compreensão de fenómenos sociais mais amplos e interconectados, tornando-se um desafio quando se tenta integrar perspectivas mais holísticas no debate das mudanças climáticas.

Enquanto atores interessados no debate ambiental sobre as mudanças climática, não ficamos indiferente aos progressos que têm ocorrido no sentido da interdisciplinaridade e, muito menos ao esforço que as ciências sociais têm feito para se reconstruírem na sua agenda, tendo em conta as questões ambientais, apenas consideramos que o ritmo desses esforços é insuficiente para responder ao chamamento. As mudanças climáticas não são ainda uma área de pesquisa institucionalizada em Moçambique, sendo os trabalhos existentes esparsos e fragmentados, sobretudo concentrados nas ciências ambientais, ciências da terra, florestais e agrónomas ou nas

ditas ciências duras. Situação idêntica pode-se observar no Brasil e na América Latina, apesar de nestes se assistir um crescimento (Veltrone, 2017).

A temática das mudanças climáticas encontra-se inserida em complexidade e controvérsias, e Moçambique rotulado como vulnerável no discurso oficial sobre o tema, a academia não pode ficar na periferia do debate mais ativo do tema como até hoje tem ficado sendo as ciências sociais as mais ausentes; aprofundaremos empiricamente este tópico nas seções subsequentes.

Em Moçambique, como muitos países africanos, as universidades que hoje operam, foram estabelecidas a partir de um projeto de matriz eurocêntrica. A experiência de África relativamente ao que chamamos de "desenvolvimento" "está indissociavelmente ligada à experiência do colonialismo" (Roca, 2016:81-82), assim, a herança colonial de África e a sua influência nos processos educativos versus a erosão do conhecimento africano não são desconhecidas (Eyeang, 2020).

Desta forma, na contemporaneidade as ciências sociais constituem-se dando centralidade a um modelo que privilegia o saber moderno de matriz eurocêntrica (Meneses, 2016). Ao adotar um modelo eurocêntrico, as ciências sociais, muitas vezes, reproduziram e legitimaram as desigualdades e hierarquias existentes entre diferentes culturas e sociedades, levando a uma compreensão distorcida e injusta das pessoas e comunidades que não se encaixavam nesse modelo, além de uma agenda de pesquisa alicerçada também numa visão antropocêntrica que marginaliza a temática ambiental.

É importante considerar que as condições sociais da produção de conhecimento nas ciências sociais no Moçambique pós-independência, durante o período da *transição socialista* entre 1975-1990 (Ribeiro, 2021), num contexto em que o partido no poder pretendia introduzir transformações radicais na sociedade, ganharam dinâmicas que problematizaram os pressupostos a partir dos quais se deveria produzir este conhecimento[3]. Estas inter-relações entre produção de conhecimento e legitimação do Estado poderiam, então, explicar não só as especificidades, mas também as condições em que as ciências sociais ganharam contornos em Moçambique como modo privilegiado de produção de conhecimento sobre a sociedade.

O Centro de Estudos Africanos (CEA), fundado em 1976, foi a primeira instituição orientada para pesquisa em ciências sociais em Moçambique. A partir daí, o trabalho crítico iria mudar radicalmente a dinâmica de pesquisa permitindo a emergência de um novo campo da pesquisa no pós-independência, ao introduzir três inovações: (1) uma abordagem no "atual" (sem contudo deixar de levar em consideração as suas raízes históricas), em vez de focalizar na história como tal; (2) uma mudança de uma pesquisa individual para uma pesquisa coletiva; e (3) a introdução de um sentido de urgência na pesquisa para responder a preocupações imediatas (Fernandes, 2017).

É o último dos três pontos da inovação que chama atenção para um aspeto com grande influência na agenda de pesquisa das ciências sociais, pois mesmo com a busca de

[3] Moçambique ficou independente em 25 de junho de 1975, tendo seguido um modo de governação de Partido único que conheceu seu fim com a constituição multipartidária de 1989, que levaria as primeiras eleições presidenciais e legislativas em 1994.

uma nova forma de fazer ciência sociais influenciadas pelos *ventos de mudança* produzidos pela independência, permanece orientada pelos interesses coloniais, já nesta altura com rótulo de desenvolvimento, concebido como crescimento. Fernandes (2017) sustenta que mesmo a reivindicação pelo reconhecimento dos saberes locais (africanos) era em direção a possibilidade de sua autonomia para pensar desenvolvimento, que nessa altura e hoje moldam o discurso público, sendo por esse meio a pesquisa vista como resposta aos problemas vindos com a independência, não sendo a questão ambiental agenda de pesquisa das ciências sociais e muito menos de debate público, algo que permanece passados 40 anos da institucionalização das ciências sociais em Moçambique por meio do CEA. Tentaremos desenvolver este tópico nas passagens subsequentes.

Em Moçambique houve manipulações políticas que geraram impactos consideráveis para a pesquisa e a produção de conhecimento na área das ciências sociais durante o período pós-independência (Meneses, 2016). Trata-se de um processo que se enquadra na contribuição das universidades para a política e construção da nação, neste caso, na relação direta entre a universidade e o nacionalismo, não sendo a questão ambiental prioridade.

Segundo Muhale (2000:216), "as universidades africanas foram criadas pelos Estados coloniais para fins específicos, que visavam impedir revoltas políticas e do estado das coisas, bem como a sua manipulação para estabelecimento de ideologias de legitimação política e cultural", sendo essencialmente orientada por uma visão antropocêntrica que no caso moçambicano (essa herança) permaneceu e nas ciências sociais parece ainda se manifestar. Não interessa aqui fazer o historial do surgimento das ciências sociais em Moçambique, mas essa breve apresentação era relevante para pensar uma agenda de pesquisa alternativa onde as questões ambientais sejam parte relevante.

Assim, em resposta ao processo de formação do ensino superior e pesquisa, em Moçambique, alicerçada num modelo da modernidade orientada para dominação de humanos e não humanos, Meneses (2016) levanta a necessidade de descolonizar as ciências sociais no país e no continente em geral, ampliando propostas académicas alternativas, neste caso, conectando com o contexto de "crise climática" atual, que se encontra longe do fim.

É comum, ao se propor um objeto de pesquisa novo dentro de qualquer disciplina consolidada, os intelectuais estabelecidos e já vinculados a determinados eixos temáticos questionarem a relevância da recém-chegada, questionando entre outros aspetos, os métodos específicos que vão orientar e sua diferença das anteriores. As mudanças climáticas enquanto objeto de estudo em construção nas ciências sociais não estão isentas desses questionamentos, embora não de forma consolidada.

Porém, considerando as características globais das mudanças climáticas (ex: aumento da temperatura média da terra com chuvas mais intensas e secas mais severas etc.), propô-las como agenda de pesquisa urgente para Moçambique, não estamos reivindicando um objeto especifico para as ciências sociais no país, visto que as mudanças climáticas afetam desigualmente as pessoas individuais ou coletivas em função de raça, classe, género, condição económica e política, alertando desse modo para necessidade de

desnaturalizar o debate da temática ambiental, redefinindo agenda de pesquisa de maneira que estas disciplinas construam sua problematização de forma localizada articulando os interesses científicos e problemas cotidianos das populações de Moçambique.

É pertinente compreender que os problemas ambientais não se materializam por eles próprios, em vez disso, como destaca Hannigan (2009), posicionam-se em relação à agência dos indivíduos ou organizações que definem a tarefa da poluição ou outro estado objetivo como preocupante, e que procuram fazer algo para resolver o problema. Deste modo, o meio científico ligado com as mudanças ambientais tem a possibilidade de constituir um espaço para uma agenda alternativa de pesquisa livre da burocracia presente nos estudos correntes elaborados por solicitação feita pelas instituições internacionais envolvidas no tratamento das mudanças climáticas (Acselead, 2022). Que dados existem sobre as mudanças climáticas em Moçambique? Qual é lugar desta temática na pesquisa em ciências sociais em Moçambique? Abaixo procuramos responder estas questões que são centrais para pensar a nossa proposta de agenda.

As mudanças climáticas em Moçambique e as ciências sociais

A avaliação do Índice de Risco Climático Global de 2021 elaborada pela GermanWach na sequência dos maiores ciclones que já se abateram sobre Moçambique (Idai e Kenneth), considera o país como o mais vulnerável às mudanças climáticas (Eckstei e Schäfer, 2021). Por outro lado, segundo Dadosmundiais.com (2023), que é um banco de dados geográficos, climatológicos e demográficos, Moçambique regista em média 4 ciclones tropicais por ano, com maior incidência para as regiões norte e centro do país, sendo a região sul abalada por seca severa, não se descartando a sua relação com as mudanças climáticas. Esses eventos são responsáveis por mortes, doenças, destruição de infraestruturas, além do surgimento de "refugiados humanos e não humanos sem refúgios" (Haraway, 2016:160).

Com os dados acima descritos, não surpreende que os meios de comunicação social, os discursos oficiais do governo, assim como as ONGs ambientais tenham sempre presente a temática das mudanças climáticas como problema socioambiental, precisando ser administrado.

Em 2013, o Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental do Moçambique apresentou a Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação de Mudanças Climáticas. Esta estratégia considera as mudanças climáticas como um fator determinante nos processos de desenvolvimento, sendo reconhecidas como o maior risco para o alcance das metas assumidas. Porém, segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) (2023), África tem uma ação de mitigação atrasada e representa:

> [...] um aumento das perdas e danos e os sistemas humanos e naturais adicionais atingindo os limites de adaptação. Os desafios decorrentes de ações de adaptação e mitigação atrasadas incluem o risco de escalada de custos, bloqueio de infraestrutura, ativos ociosos e viabilidade e eficácia reduzidas das opções de adaptação e mitigação. Sem mitigação rápida, profunda e sustentada e ações de adaptação aceleradas, as perdas e danos continuarão aumentando, incluindo impactos adversos (IPCC, 2023:43).

Ainda segundo o IPCC (2022), Moçambique vive uma situação de colapso ambiental em resultado da desflorestação de maneira implacável e rápida num período de duas décadas. Situações recorrentes de ciclones tropicais, inundações e secas com impactos na agricultura, segurança alimentar, recursos hídricos, florestais, assentamento humano, infraestruturas e zonas costeiras, parecem confirmar as projeções pessimistas sobre o país, justificando, deste modo, a construção de projetos de governação e agendas não desvinculadas de temática. Neste contexto, as ciências sociais são uma dimensão importante para contribuir na *desnaturalização* do debate, sobretudo porque o IPCC não faz pesquisa, apenas compila dados de pesquisas existentes.

Consideramos que a visibilidade da questão das alterações climáticas em instituições governamentais e painéis intergovernamentais, contrasta com a velocidade com que o tema tem sido trabalhado na pesquisa acadêmica em Moçambique, que parece revelar pouco interesse, em especial, nas ciências sociais. Em pesquisa feita em páginas oficiais das dez principais universidades de Moçambique com foco principal nas faculdades de ciências sociais, constatou-se uma organização pouco estruturada de modo a informar as suas principais atividades e eventos. Em muitas delas, as páginas encontram-se fora do ar ou com páginas sem informação atualizada. Por exemplo, do conjunto das universidades pesquisadas, apenas a Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e a faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Católica de Moçambique (UCM), apresentam dados sobre as atividades de pesquisa presentes, passadas e em andamento, que nos permitem ver o lugar da agenda climática nos seus projetos.

Estas deficiências podem ser interpretadas dentro dos desafios da massificação do ensino superior (ES) desde a aprovação da primeira Lei sobre o ES, n.º 1/93 no país, que possibilitou abertura de instituições de ensino superior sem tutela do Estado, criando desta forma uma redução de investimento no ES público. Segundo Fulane-Tambe *et al.* (2019) a massificação no ensino superior no país trouxe implicações energéticas e drásticas, como a expansão desregulada, fragmentária e uma massificação ao reverso, ou seja, massificação nas instituições de ensino superior (IES) de caráter privado, assim como a diligência de ensino privado sem condições mínimas ou básicas para o seu funcionamento. Não é nosso interesse neste artigo discutir ou refletir as complexidades do ES moçambicano, no entanto esse breve relato permite compreender as dificuldades encontradas nas páginas eletrônicas consultadas com vista ao balanço sobre o estágio da pesquisa em torno das mudanças climáticas pelas ciências sociais no país.

Mesmo reconhecendo que os dados aqui trazidos, sejam insuficientes para generalização em torno da periferização da temática das mudanças climáticas nas ciências sociais em Moçambique, constituem uma base inicial de visualização da agenda de pesquisa das ciências sociais nas IES no país. Na página da faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) da UEM podemos encontrar informação sobre sua agenda presente, passada e em andamento de pesquisa. Com um departamento de pesquisa com 8 linhas de pesquisa, dentre elas uma designada Ambiente, Sociedade e desenvolvimento, onde as mudanças climáticas são apresentadas como desafio de curto, médio e longo prazo. No entanto, no intervalo de 2018-2023, que coincide com eventos climáticos extremos no país, não aparecem projetos de pesquisa registados que se conectem com eles, focando-se essencialmente em temas como: memória, cultura, identidade, história de luta de libertação, migração, entre outros próximos.

Também na página oficial da Universidade Católica de Moçambique (UCM) foi possível encontrar, na Faculdade de Ciências Sociais e Políticas, o departamento de pesquisa com informação das atividades, linhas de pesquisa passadas e presentes e em andamento. São 10 linhas de pesquisa orientadoras, entre elas a designada: mudanças climáticas e industrial florestal, em que a última atividade de pesquisa registada remonta a 2020, sem nenhuma associada à temática das mudanças climáticas.

O restante conjunto das universidades que fazem parte das dez (10) mais importantes de Moçambique (Universidade Pedagógica de Maputo, Universidade de Lúrio, Universidade de Zambeze, Universidade São Tomás de Moçambique, Universidade Politécnica, Universidade Técnica de Moçambique, Universidade Jean Piaget, e Universidade de Save), não apresentam páginas autónomas das faculdades com informação específica da sua organização e atividades. Dessa forma, compreendemos que sua dinâmica de pesquisa não esteja distante do que é feito na UEM e na UCM no que diz respeito a temática ambiental, basta observar alguns eventos científicos recentes.

Em 2023 a Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Pedagógica de Maputo realizou o "I Congresso de Pensamento e Prática Social: Sociedades Diferenciadas, Instituições e Tolerância",[4] com seis eixos temáticos, sendo um deles designado "Clima, Ambiente, Economia e Ação humana", teoricamente favorável para um debate sobre as mudanças climáticas. Foram ao todo 37 apresentações proporcionadas por antropólogos, sociólogos, historiadores, filósofos e juristas, sem que nenhuma delas estivesse situada no eixo clima, ambiente, economia e ação humana,[5] sendo o único nessa condição, o que revela desinteresse das ciências sociais em temáticas ambientais.

Também no ano de 2023, Moçambique assistiu ao "I Congresso Internacional Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Comunitário",[6] organizado pela Universidade Púngué, onde a grande aula de sapiência intitulada "Mudanças Climáticas e Desafios da Conservação da Biodiversidade" podia sugerir uma preocupação geral da academia com as mudanças climáticas, no entanto os grupos de trabalho (GT) mostraram, tal como na UP-Maputo, uma compartimentação do tema em áreas científicas com as ciências socias,

[4] Realizado nos dias 21, 22 e 23 de julho do 2023.
[5] Entendo que este eixo constituía uma oportunidade para as ciências refletirem sobre as mudanças climáticas.
[6] Realizado nos dias 22, 23 e 24 de novembro do 2023.

revelando pouco ou nenhum interesse no tema, basta observar a ausência de qualquer tema com esse enfoque no eixo temático I "Ciências de Linguagem, Sociais e Humanas: Fatores Determinantes para o Desenvolvimento Local e Global", organizado particularmente para trabalho dessa área disciplinar e afins, com as ciências agrárias e ambientais concentrando a maior parte ou totalidade das apresentações. Esta não deixa de ser uma situação surpreendente num país onde os efeitos das mudanças climáticas são usualmente apresentados pelo executivo para justificar incumprimentos de determinadas metas de governação, mas também considerando as consequências não apenas naturais, mas também sociais delas resultantes.

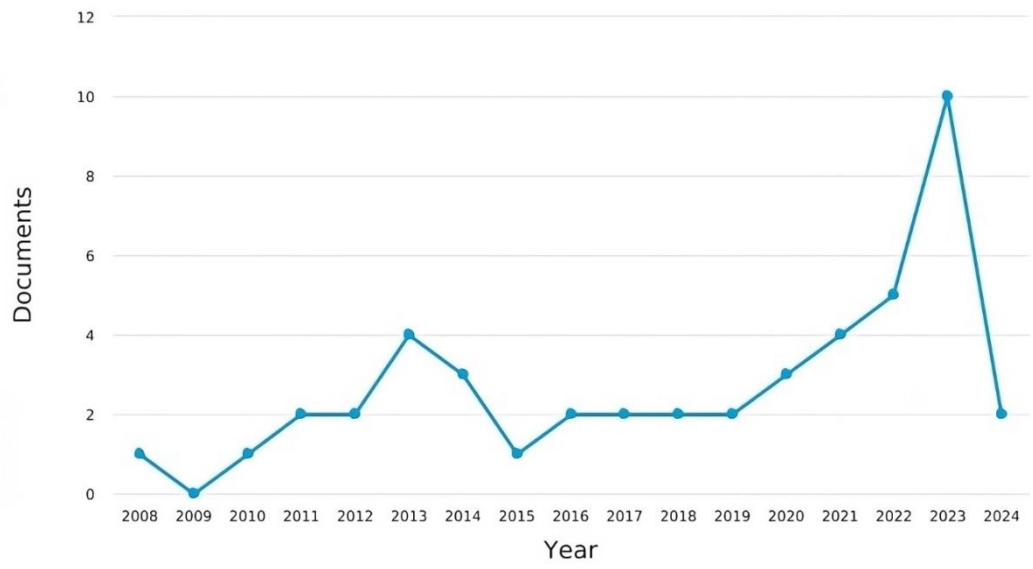
Na pesquisa sistemática realizada na base de dados *Scopus*, que se limitou as palavras chaves: Mudanças climáticas, Moçambique e eventos extremos, verificou-se que existem múltiplos trabalhos associados ao tema das mudanças climáticas em Moçambique. Do total de informações resultantes da análise, que consistiu em 46 documentos no período entre 2008 e 2023, a maioria artigos (31), capítulos de livros (8) e outros (conferência, resumo, editorial) (7), o assunto vai além das mais variadas disciplinas como: Ciências do Ambiente, Ciências da Terra e do Planeta, Ciências Sociais, Energia, Ciências da Computação, Ciências Agrárias e Biológicos, Ciências Médicas, Engenharia do Ambiente, Gestão, Gestão e Contabilidade, Economia e Finanças, Química e Engenharia Química.

Nesta amostra de informação, podemos ver que em Moçambique o tema tornou-se relevante a partir de 2008, a produção académica cresceu a partir do ano de 2020, onde se pode observar um maior número de trabalhos. De acordo com Hélène Caux, em uma publicação do ACNUR de 2022, ela relata que:

> Moçambique é um dos países mais vulneráveis às alterações climáticas. Nos últimos anos, as mudanças nos comportamentos climáticos tornaram os eventos climáticos extremos, como ciclones, tempestades tropicais, inundações e secas, mais frequentes e intensos. Em março de 2019, o ciclone Idai atingiu Moçambique, bem como o Malawi e o Zimbabué, seguindo-se, em abril, o ciclone Kenneth. Cerca de 250.000 pessoas foram deslocadas e 650 morreram (Caux, 2022).

Podemos presumir que esta intensificação dos eventos climáticos extremos tem significado visibilizar um problema ambiental concreto como agenda urgente de pesquisa e intervenção. Consideramos que isto explica, de certa forma, que entre 2019 e 2020, o tema assumiu maior interesse nas pesquisas académicas quanto à necessidade de analisar um tema que, para Moçambique, devido a eventos extremos, está a impor a sua compreensão.

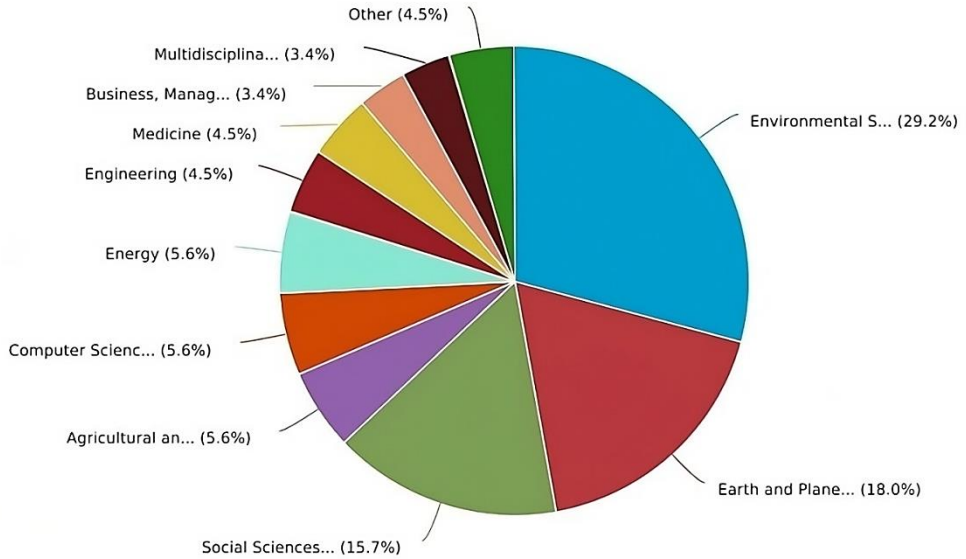
Gráfico 1: Evolução de trabalho académicos sobre as mudanças climáticas em Moçambique na database Scopus



Fonte: Scopus database, produzido pelos autores.

No entanto, um aspeto a destacar é que, na sua maioria, as abordagens às mudanças climáticas estão focadas nas Ciências do Ambiente (29,2%) e nas Ciências da Terra e Planetárias (18%). As Ciências Sociais aparecem com 15% dos estudos que esta pesquisa produz.

Gráfico 2: Áreas de concentração dos estudos académicos sobre mudanças climáticas em Moçambique na database Scopus



Fonte: Scopus database, produzido pelos autores.

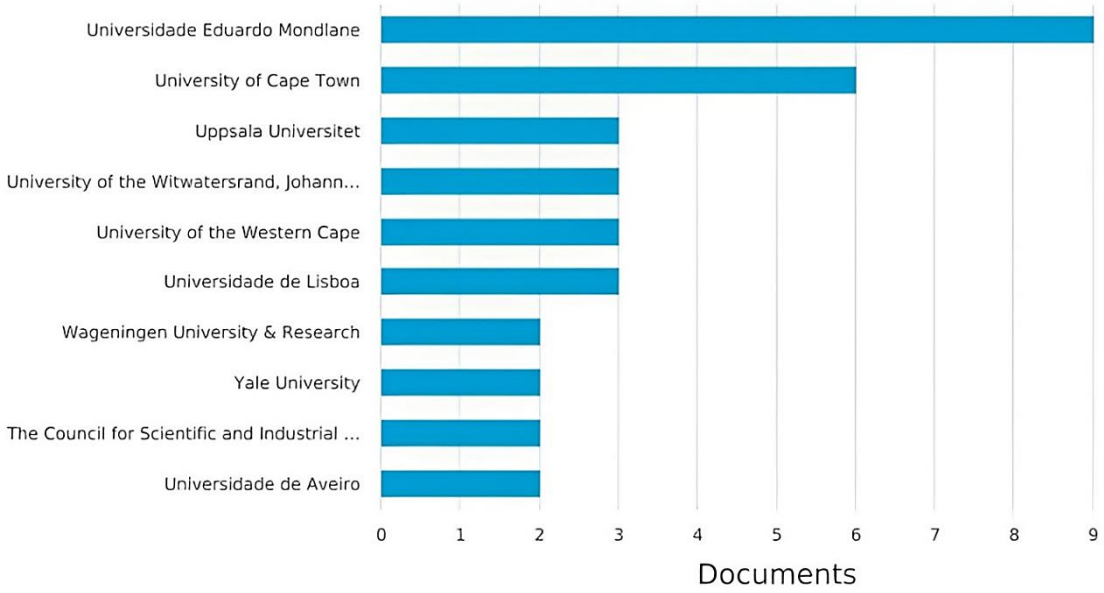
Embora, como refere Almeida (2014:28), "a problemática ambiental situa-se na convergência de diversas correntes com preocupações de diferentes origens", este fato requer uma prática interdisciplinar muitas vezes impulsionada por investigação centrada nas ciências sociais.

Se nos concentrarmos nesses quinze por cento (15%) de trabalhos dentro de temas ligados às Ciências Sociais, descobrimos que as abordagens estão focadas principalmente em: mudanças climáticas, vulnerabilidade e eventos extremos (Lavo & Costa, 2023; Pereira *et al.* 2023); vulnerabilidade climática (Matos *et al.* 2023); vulnerabilidade climática e efeitos económicos (Molua *et al.* 2020); análises sobre governança ambiental (Buchir y Deztel 2023; Chilaúle *et al.* 2023); propostas de adaptação às mudanças climáticas (Santos *et al.* 2023); conhecimento local e adaptação às mudanças climáticas (Matos *et al.* 2021; Rui-Mucova *et al.* 2021); projetos educacionais para gestão de desastres associados a Sistemas de Informação Geográfica (GIS) (Yordanov *et al.* 2020; Munang et al. 2013); economia azul e suas ameaças, contradições e resistências (Bond 2019); GIS, modelagem climática e impactos de alterações climáticas (Arndt *et al.* 2011); e alterações climáticas, deslocamento e migração (Stal, 2011).

Como podemos notar, os temas desenvolvidos dentro das abordagens consideradas associadas às ciências sociais, com pequenas exceções, referem-se a estudos focados em vulnerabilidade climática, impactos e economia, propostas de adaptação, sistemas políticos e tecnológicos de gestão de desastres. Isso expõe as mudanças climáticas como objeto de estudo interdisciplinar nas ciências sociais como um tema ainda pouco desenvolvido. Estes dados permitem-nos reforçar a ideia de uma periferização das mudanças sociais na agenda de pesquisa da IES em particular pelas ciências sociais nosso principal foco.

Além disso, vale ressaltar que, embora a geração de trabalhos académicos esteja ligada a Moçambique, a produção académica local (dentro das ciências sociais) de universidades como: Eduardo Mondlane, Lúrio e Universidade Técnica de Moçambique, parecem bastante incipientes (em quantidade) frente a incidência de universidades centradas em Portugal, África do Sul, Estados Unidos, Noruega, considerando que as mudanças climáticas são uma questão a priori urgente.

Gráfico 3: Relação de universidades com estudos de mudanças climáticas em Moçambique na database Scopus



Fonte: Scopus database, produzido pelos autores.

Não procuramos argumentar que temática das mudanças climáticas tenha de ser preocupação exclusiva dos cientistas sociais, mas apresentamos pistas de trabalho para as ciências sociais num contexto de preocupação global com o tema, incentivando a interdisciplinaridade com as ciências naturais que continua tímida. Dessa forma, consideramos que, apesar do potencial para pesquisa da temática das mudanças climáticas, existe uma *periferização* desta nas ciências sociais em Moçambique. Abaixo refletimos as possibilidades desta temática como agenda de trabalho de pesquisa urgente.

Reflexões do papel das ciências sociais na pesquisa temática das mudanças climáticas em Moçambique

Refletir sugestões de agenda de pesquisa em ciências sociais em Moçambique, passa por um breve retorno a institucionalização da sociologia do ambiente como uma subárea da sociologia com objeto próprio de pesquisa. Os primeiros esforços da sociologia para incluir questões ambientais na pesquisa segundo Hannigan (2009) podem ser encontradas em William R. Catton, Jr. e Riley E. Dunlap, quando rejeitam a tradição clássica da sociologia centrada no antropocentrismo, propondo premissas que partem da dependência das sociedades humanas ao ecossistema. Compreende-se a partir destes autores uma mudança radical de paradigma de visão do mundo, mas também de produção de conhecimento em ciências sociais.

No entanto, vem das abordagens construcionitas (Yearly, 1992; Hannigan, 2009) os contributos mais robustos dos interesses de pesquisa das questões ambientais nas ciências sociais, sobretudo na sociologia. O aparecimento da perspectiva construcionista na sociologia pode ser buscada em Malcolm Spector e John Kitsuse (1973) como desafio a

abordagem estruturo-funcional na explicação dos problemas sociais. Estes argumentavam que os problemas sociais não são condições estáticas, mas "sequência de acontecimentos" que se desenvolvem com base nas definições coletivas. Nesse sentido, Hannigan (2009) sustenta que os problemas ambientais são distintos de outros problemas sociais, pois os problemas ambientais são frequentemente originados no domínio da ciência, uma vez que as pessoas comuns não têm conhecimento e nem recursos para encontrar novos problemas, enquanto os problemas sociais são de caráter moral.

Os problemas sociais são definidos como as atividades de grupos que fazem asserções de agravos e reivindicações às organizações, agências e instituições sobre as algumas condições aceitáveis. Assim, o processo de criação de exigências é tratado como mais importante, do que a tarefa de avaliar, se as estatísticas destas exigências são verdadeiramente validas ou não.

Sem negar a obviedade da existência dos impactos das mudanças climáticas, podemos questionar: a quem ou que grupos as mudanças climáticas afetam em Moçambique? Como a temática das mudanças climáticas estrutura os grupos de pressão e disputas de poder em Moçambique? Que grupos são responsáveis pela criação ou valorização da temática das mudanças sociais em Moçambique? O que é dito sobre as mudanças climáticas em Moçambique? Como as mudanças climáticas estão sendo tipificadas?

O construcionismo, portanto, abre espaço para pensar uma agenda de pesquisa que reinterpreta a temática das mudanças climáticas, demonstrando que por trás do seu debate existe um jogo de poder, podendo, por isso determinados impactos serem visibilizados, enquanto outros podem ser minimizados, não pela sua pouca influência ou impacto. Mas sim por não agradar grupos de pressão em específico ou tem interferência de outros poderosos grupos que contestem o impacto explorado pela ciência.

Uma agenda de pesquisa neste enfoque permite uma luta situada por justiça climática e denunciar as desigualdades: as ciências sociais podem se propor examinar como as mudanças climáticas afetam desigualmente, socialmente e economicamente, dentro do país. Isso envolve a análise de como grupos marginalizados, comunidades de baixa renda e minorias são desproporcionalmente afetados pelas mudanças climáticas.

As mudanças climáticas também afetam as narrativas culturais e as identidades das comunidades. O enfoque de pesquisa construtivista pode explorar como as histórias, crenças e valores culturais estão relacionados às mudanças climáticas e como esses elementos podem moldar a resposta das comunidades.

Como se vê, o construcionismo de Hannigan é uma importante abordagem no que diz respeito à compreensão de como as mudanças climáticas, enquanto problema público, dependem das evidências científicas que entre elas não são consensuais, assim permite tecer narrativas que estejam de fora do discurso oficial e que, exatamente por isso, contam como agenda de pesquisa que fornece outra possibilidade de narrar as mudanças climáticas no país investigando de forma não-hegemônica interpretações, as ambiguidades, violências e contradições conectadas às mudanças climáticas no pais.

Esta abordagem não ignora os perigos da ciência politizada (não neutra), das tecnologias de construção e deslegitimação do conhecimento, até mesmo do surgimento de novas histórias e resistências, mas antes tenta resgatar como a politização de uma questão ambiental que tem potencial em diferentes áreas (Stengers, 2015), muito menos desconhecemos o potencial dos territórios para criar possibilidades de gestão de espaços e formas de enfrentar e adaptar-se às mudanças climáticas. Isto mostra que estas questões servem como ferramentas para influenciar problemas cada vez mais urgentes como as mudanças climáticas.

Porque é importante a ecologia decolonial para os estudos das mudanças climáticas?

Hoje, novas abordagens emergem com possibilidade de conexão de diferentes dimensões do que poderia ser chamado de social e ambiental. A perspectiva da ecologia decolonial (Ferdinand, 2022), constitui uma ferramenta inegável para pensar a agenda de pesquisa em mudanças climáticas pelas ciências sociais, em Moçambique. Na ecologia decolonial, podemos encontrar uma preocupação com desnaturalização e desconstrução de interpretações hegemônicas sobre crise ambiental atual.

Ferdinand (2022) questiona, como é possível que ainda hoje se siga discutindo o colapso ambiental vivido pelo mundo sem que se dê a devida dimensão à história colonial da geopolítica mundial, justamente ela a responsável por engendrar a condição de possibilidade de tal colapso? O sistema colonial, historicamente, impulsionou uma exploração intensiva dos recursos naturais desses países, que eram frequentemente subjugados pelos colonizadores. Isso resultou em desflorestamento, mineração predatória e exploração excessiva dos recursos naturais. Além disso, as formas de habitar das comunidades nativas muitas vezes estavam em harmonia com o meio ambiente, com uma relação mais equilibrada e sustentável com a natureza. No entanto, a exploração colonial alterou drasticamente essas formas de habitação, forçando a adoção de modelos económicos e estruturas sociais que se baseavam em atividades de alta emissão de carbono e destrutivas para o ambiente.

Essa realidade vai demandar forma de pensar insurgente, ou seja, fazer uma contraposição ao pensamento hegemônico que procura colocar a humanidade como responsável pelas mudanças climáticas, negligenciando processos históricos de longo curso, como sustenta Malcom Ferdinand:

> "A tempestade ecológica em curso revela danos e problemas associados a certas maneiras de habitar a Terra, próprias da modernidade. Compreender esses problemas requer adoção de uma perspectiva de longo prazo e volta a momentos e processos fundadores da modernidade que contribuíram para a situação ecológica, social e política de hoje" (Ferdinand, 2022:47).

Os países considerados em vias de desenvolvimento, como Moçambique, estão, pois, enfrentando os impactos das mudanças climáticas, como eventos climáticos extremos,

aumento do nível do mar e escassez de recursos, como apenas uma questão de ordem natural, mas são resultado de um sistema colonial desigual e violento. Como cantava o músico moçambicano Azagaia (2013) em algumas estrofes da sua música "cães de raça":

> Eu sou preto da senzala a morar numa favela
> Sou dono da terra sem nunca ter mandado nela
> Com os amigos quero paz, com os irmãos faço guerra
> Por isso, sou explorado na minha própria terra
> Eu sou o único rico que vive na miséria
> Vivo da pena que sentem de mim, vivo da miséria
> Enteado do mundo civilizado, filho da miséria
> Sonho para ver se acordo livre da miséria
>
> Expulsei colonos, mas nunca o colonialismo
> Vi a merda, baixei a tampa e não puxei o autoclismo
> Por isso é que a minha casa cheira mal
> Preto explora preto, cheira a tempo colonial
> Mas essa guerra vem do tempo tribal
> Traí pretos como eu para os brancos do litoral
> E os brancos no litoral fixaram a capital
> Puseram os filhos mulatos mais próximos do capital
> Por isso, pretos como eu que não podem ter a cor igual

A música "cães de raça" denúncia as características do habitar o mundo retornado por Ferdinand (2022) década depois em outro formato onde apresenta a violência como o fundamento do habitar a Terra que passa pela intersecção entre racismo, patriarcado e especismo, bem como pela apropriação de terra, massacres e desbravamento. Estas dimensões são apoiadas por hierarquias raciais e não humanas que mostram "Um modo de habitar a Terra: uma habitação escravagista".

Mesmo com o fim da colonização, como nos mostra Azagaia (2013), a colonialidade prevalece no contexto moçambicano e isso justifica a permanência de vários problemas nas ex colônias. Assim, é importante reconhecer, por exemplo, o papel do racismo ambiental na distribuição da poluição ambiental e a profundidade da colonialidade na criação das condições que tornam possível os ataques contínuos à natureza ou como o caso das mudanças climáticas em que os países como Moçambique apresentam maior exposição e risco, contrariamente aos países ricos.

Não é interesse desta parte do artigo fazer uma linha do tempo em volta das consequências coloniais, mas mostrar como a colonialidade não é uma recordação do passado em muitos países africanos, neste caso, em Moçambique, que, com muitos recursos naturais ao seu dispor, apenas se beneficia das consequências que traduzidas na sua vulnerabilidade as mudanças climáticas, justificada pela exploração irresponsável deles.

Uma agenda de pesquisa das ciências sociais pode revelar que a vulnerabilidade de Moçambique as mudanças climáticas não é apenas uma questão de ordem natural, mas um produto de um sistema colonial violento com a natureza e as pessoas colonizadas, não devendo dessa forma ser minimizada. Incluir as mudanças climáticas na agenda de

pesquisa e debate nas ciências sociais e da sociologia constituem uma oportunidade de visibilizar um conjunto de humilhações que esses países, grandemente afetados pelas mudanças climáticas, estão inseridos. Isso não significa que esses países são isentos de responsabilidade atual em relação às mudanças climáticas, mas é importante reconhecer o papel histórico desempenhado pelo sistema colonial no atual cenário climático global. Sobretudo para compreender a racionalidade de trás de diferentes grupos, abandonando as suas zonas habitacionais relativamente seguras (normalmente no meio rural), para zonas inseguras (normalmente no meio urbano).

O que sabemos sobre a trajetória social das vítimas recorrentes de inundações nas capitais moçambicanas? O que sabemos sobre as estratégias de sobrevivência dos habitantes em zonas de seca recorrente? O que sabemos do *altericídio*[7], um dos princípios centrais do habitar colonial? ou seja, da recusa da possibilidade de habitar a terra na presença de um outro, de uma pessoa que seja diferente de um "eu" por sua aparência, seu pertencimento ou suas crenças.

As ciências sociais em Moçambique podem propor-se a investigar como as pessoas percebem as mudanças climáticas e como a vulnerabilidade do país a esses eventos se conecta com uma forma histórica de habitar, herdada do colonialismo. Como as pessoas tomam decisões relacionadas a como e onde habitar? Como as mudanças climáticas estão causando movimentos populacionais, seja internamente no país ou através das fronteiras? Que fatores contribuem para a migração climática? Quais consequências para as comunidades de acolhimento e as que estão sendo deslocadas? Outras questões o leitor pode listar, pois estamos longe de fechar as propostas de trabalho.

Estas são só algumas das questões que as ciências sociais em Moçambique têm possibilidade de prestar atenção, considerando o seu contexto colonial de formação que não, poucas vezes, tem levado pesquisadores a reproduzirem temas sem contacto com o quotidiano das pessoas.

Ao trazer Ferdinand nesta proposta de agendas, pretendemos instigar as ciências sociais em Moçambique para examinar como as políticas públicas, regulamentações e acordos internacionais estão sendo desenvolvidos, implementados e cumpridos em relação às mudanças climáticas. Isso inclui a análise de como diferentes governos, organizações e atores sociais estão abordando as questões climáticas e como essas abordagens impactam comunidades e nações, pois trata-se de um tema em disputa e controverso com atores mobilizando diferentes retóricas.

Essas são apenas algumas das maneiras pelas quais as ciências sociais podem contribuir para a pesquisa sobre mudanças climáticas. É uma abordagem interdisciplinar que requer colaboração entre cientistas sociais, cientistas naturais e outros especialistas para compreender plenamente os desafios e encontrar soluções eficazes.

[7] Expressão trazida por Ferdinand (2022:50) para se referir um dos princípios do habitar colonial que passa pela "recusa da possibilidade de habitar a Terra na presença de um outro, de uma pessoa que seja diferente de um "eu" por sua aparência, seu pertencimento ou suas crenças".

Considerações finais

O artigo mostra a periferização das mudanças climáticas, como objeto de estudo nas ciências sociais em Moçambique, o que contrasta com a visibilidade da questão em instituições governamentais e painéis intergovernamentais. A partir da articulação teórica entre construcionismo ambiental e a ecologia decolonial trazendo as ciências sociais para o centro do debate das mudanças climáticas em Moçambique, procuramos mostrar a necessidade de retirada da periferia do debate de estas disciplinas, pois, sua ausência impossibilita o estabelecimento de abordagens mais inclusivas e eficazes para enfrentar os desafios ambientais e trazer respostas que incluam questões críticas relacionadas às mudanças climáticas e à colonialidade.

Além dos efeitos desastrosos desigualmente distribuídos com maior prejuízo para as pessoas pobres, as estratégias para sua superação são muitas vezes orientadas por uma lógica hegemónica com uma retórica que procura colocar a responsabilidade em todos os humanos a catástrofe ambiental, apagando processos históricos do seu surgimento, assim como as disputas à volta do tema. É assim que, ao entrelaçar múltiplas posições teóricas, pretendemos demonstrar a convergência na divergência, isto é, como o construcionismo ambiental e a ecologia decolonial podem ser ferramentas na construção de uma agenda de pesquisa para as ciências sociais em Moçambique, com eixo nas mudanças climáticas. Por um lado, o construcionismo ambiental fornece ferramentas para analisar como as políticas e intervenções ambientais são construídas e implementadas, por outro lado, a ecologia decolonial com a noção de habitar colonial e de altericídio nos fornece uma perspectiva crítica que considera as implicações coloniais e pós-coloniais dessas políticas e como elas afetam as comunidades locais em Moçambique, mais ainda nos permite desafiar narrativas dominantes e colônias sobre o meio ambiente. No entanto, esta proposta não restringe as múltiplas possibilidades que podem surgir num tema que, como afirmamos, é urgente e complexo.

Referências

Acselrad, Henri. (2022). "O social nas mudanças climáticas". *Liincem Revista*, v. 18, n. 1, pp. 1-19. [Consult. 15-07-2023]. Disponível em https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5930/5585

Almeida, Jalcione. (2019). "A sociologia e as mudanças climáticas. Sociologias", *Sociologias*, v. 21, n. 51, pp. 9-17. [Consult. 17-07-2023]. Disponível em https://www.scielo.br/j/soc/a/Tw4DhYZ8KkCX9tHptn6xzwz/?format=pdf&lang=pt

Almeida, Jalcione; Premebida, Adriano. (2014). "Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental". Sociologias, v. 16, n. 35, pp. 14-33. [Consult,20/08/2023]. Disponível em https://www.scielo.br/j/soc/a/9b58nJCGjGQSYXGzTCc7QdC/?format=pdf&lang=pt

Arndt, Channing; Strzepeck, Kenneth; Tarp, Finn; Thurlow, James; Fant, Charles. (2011). "Adapting to climate change: An integrated biophysical and economic assessment for Mozambique". *Sustainability Science*, v. 6, n. 1, pp. 7-20. [Consult. 15-04-2024]. Disponível em https://link.springer.com/article/10.1007/s11625-010-0118-9

Azagaia. (2013). "Cães de Raça". Maputo. [Consult. 15-08-2023]. Disponível https://www.youtube.com/watch?v=U3cvTG1QYrA

Boehm, Sophie; Schumer, Clea. (2023). "10 conclusões do Relatório do IPCC sobre Mudanças Climáticas de 2023". [Consult. 15/08/2023]. Disponível em https://www.wribrasil.org.br/noticias/10-conclusoes-mudancas-climaticas-de-2023

Bond, Patrick. (2019). "Blue Economy threats, contradictions and resistances seen from South Africa". *Journal of Political Ecology*, v. 26, n. 1, pp. 341-362. [Consult. 15-04-2024]. Disponível em https://doi.org/10.2458/v26i1.23504

Buchir, Luis; Detzel, Daniel. (2023). "The role of the governance on the climate vulnerability index definition in Mozambique". *GeoJournal*, v. 88, n. 2, pp 1687-1702. [Consult. 15/04/2024]. Disponível em https://doi.org/10.1007/s10708-022-10711-7

Buttel, Frederick. (1992). "A Sociologia e o Meio Ambiente: Um Caminho Tortuoso Rumo À Ecologia Humana". *Perspectiva*, v. 15, pp. 69-94. [Consult. 20-08-2023]. Disponível em https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1961

Caux, Hélène. (2022). "Personas desplazadas se unen a los esfuerzos de adaptación al cambio climático en Mozambique". ACNUR. [Consult. 10-04-2024]. Disponível em https://www.acnur.org/noticias/stories/personas-desplazadas-se-unen-los-esfuerzos-de-adaptacion-al-cambio-climatico-en

Chilaúle, José; Natacha, Bruna; Monjane, Boaventura; Do Amaral, Giverage; Da Amélia, Elton; Bento, Rafael; Walker, Patricia; Perkins, Patricia. (2023). "Extreme climatic events and Climate Change policies: A Call for Climate Justice Action in Mozambique", in Crawford, N., Kavya, M., Mikulewicz, M. (eds). *Climate Justice in the Majority World: Vulnerability, Resistance, and Diverse Knowledges*. New York, Routledge, pp. 42-60.

Conjo, Manuel; Chichango, David; De Jesus, Octavio. (2021). "O Papel Da Mídia Na Divulgação De Informação Sobre Mudanças Climáticas Em Moçambique". *Revista Ibero- Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE*, v. 7, n. 11, pp. 1635-1654. [Consul. 20-10-2023]. Disponível em https://doi.org/10.51891/rease.v7i11.3237

Durkheim, Ėmile. ([1895] 2004). *As Regras do Método Sociológico*. Lisboa, Editorial Presença.

Eckstei, David; Schäfer, Valter. (2021). *Global Climate Risk Index 2021*." Berlin: Germanwatch e.V. [Consult. 20/11/2023]. Disponível em https://www.germanwatch.org/en/19777

Eyeang, Eugénie. (2020). "Las educaciones africanas a lo largo de los siglos: Una navegación entre varios sistemas educativos". *Aula*, v. 26, pp. 199-215. [Consult. 29-04-2014]. Disponível em https://doi.org/10.14201/aula202026199215

FCSF. (2023). "Caderno de Resumos: "I Congresso de Pensamento e Prática Social Sociedades Diferenciadas, Instituições e Tolerância". Maputo. Disponível em https://cpps.co.mz/wp-content/uploads/2023/06/BOOK-OF-ABSTRACTS_BOOK-OF-ABSTRACTS-1

Ferdinand, Malcom. (2022). *Uma Ecologia Decolonial: Pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora.

Fernandes, Carlos. (2011). "Dinâmicas de Pesquisa em Ciências Sociais no Moçambique Pós – Independente: O Caso do Centro de Estudos Africanos, 1975-1990". (Tese de Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

Fleury, Lorena; Almeida; Jalcione; Premebiba, Adriano. (2024). "O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. Sociologias". *Sociologias*, v. 16, n. 35, pp. 34-82. [Consult. 12-11-2023]. Disponível em https://doi.org/10.1590/S1517-45222014000100003

Fulane-Tambe, Telma; Ferreira, Fernando., Silveira, Aline. (2019). Educação Superior em Moçambique: entre o estado e a astúcia do capital. *Políticas Educacionais*, v. 13, n. 33, pp. 1-22 [Consult. 02-10-2024]. Disponível em http://10.5380/jpe.v13i0.67569

Hanningan, John. (2009). *A sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva ambiental*. Lisboa, Instituto Piaget.

IPCC. (2022). "Sexto relatório de Avaliação do IPCC: Impactos, opções de adaptação e áreas de investimento para uma África Austral resiliente às mudanças climáticas", pp. 1-18, [Consult.20/10/2023]. Disponível em https://cdkn.org/sites/default/files/202209/IPCC%20Factsheet_Southern%20Africa%20%28Portuguese%29.pdf

IPCC. (2023). *Mudança Do Clima 2023: Relatório Síntese*. Suíça, WNO, UNEP. 2023.

Lander, Edgardo. (2019). *Crisis civilizatoria: experiencias de los Gobiernos progresistas y debates en la izquierda latinoamericana*. Alemania: CALAS; Universidad de Guadalajara; FLACSO-Ecuador.

Lang, Miriam. (2011). "Crisis civilizatoria y desafíos para las izquierdas", in Lang, Miriam.; Mokrani, Dunia (eds.), *Más allá del desarrollo*. Quito, Abya-Yala-Fundación Rosa Luxemburgo, pp. 7-18.

Lavo, Lucas; Costa, Pedro. (2023). "Late Holocene evolution of a coastal barrier system at Bilene, Mozambique". *Earth Surface Processes and Landforms*, v. 49, n. 2, pp. 821-836. [Consult. 15-04-2024]. Disponível em https://doi.org/10.1002/esp.5742

Martins, Rafael; Ferreira, Leila. (2009). "Assessing the research on human dimensions of global environmental change in Latin America". *Teoria & Pesquisa*, v. 18, pp. 31-52.

Matos, José; Ferreira, Filipa; Mendes, Diogo; Matos, José. (2023). "Evaluating Compound Flooding Risks in Coastal Cities under Climate Change-The Maputo Case Study, in Mozambique". *Sustainability*, v. 15, n. 19, pp. 14497 [Consult. 15-04-2024]. Disponível em https://doi.org/10.3390/su151914497

Matos, Amemarlita; Barraza, Laura; Ruiz-Mallén, Isabel. (2021). "Linking conservation, community knowledge, and adaptation to extreme climatic events: A case study in Gorongosa National Park, Mozambique". *Sustainability*, v. 13, n. 11, pp. 6478 [Consult. 15-04-2024]. Disponível em https://doi.org/10.3390/su13116478

Meneses, Maria. (2016). "As ciências sociais no contexto do Ensino Superior em Moçambique: dilemas e possibilidades de descolonização". *Perspectiva*, v. 34, n. 2, pp. 338-364. [Consult. 10-11-2023]. Disponível em https://doi.org/10.5007/2175-795X.2016v34n2p338

Molua, Ernest; Mendelsohn, Robert; Akamin, Ajapnwa. (2020). "Economic vulnerability to tropical storms on the southeastern coast of Africa". *Jamba: Journal of Disaster Risk Studies*, v. 12, n. 1, pp. 676-680. [Consult. 10-11-2023]. Disponível em https://scielo.org.za/pdf/jamba/v12n1/11.pdf

Moreano, Melissa; Lang, Miriam; Ruales, Gabriela. (2021). *Perspectivas de justicia climática desde los feminismos latinoamericanos y otros sures*. Quito, Fundación Rosa Luxemburgo.

Muhale, Izldo. (2020). "O Papel da Produção Científica na Institucionalização de Políticas Ambientais em Moçambique: 1980-2014". Campinas, UNICAMP.

Munang, Richard; Nkem, Johnson; Han, Zhen. (2013). "Using data digitalization to inform climate change adaptation policy: Informing the future using the present". *Weather and Climate Extremes*, v 1, pp. 17-18. [Consult. 15-04-2024]. Disponível em https://doi.org/10.1016/j.wace.2013.07.001

Pereira, Carolina; Van Aalst, Maarten; Blanford, Justine; Guigma, Kiswendsida; Pinto, Izidine; Maure, Genito; Marrufo, Tatiana. (2023). "Heatwaves in Mozambique 1983–2016: Characteristics, trends and city-level summaries using high-resolution CHIRTS-daily". *Weather and Climate Extremes*, v. 40, pp. 100565. [Consult. 15-04-2024]. Disponível em https://doi.org/10.1016/j.wace.2023.100565

Ribeiro, Edcarlos. (2021). Estudos moçambicanos e a transição ao socialismo: contribuições das ciências humanas para um processo de transformação social. *Revista da ABPN*, v. 13, n. 36, pp. 105-125 [Consult. 02-10-2024]. Disponível em https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1227

Roca, Oliver. (2016). "La invención del desarrollo. Una mirada crítica al desarrollo en África". *Fòrum de Recerca*. v 21, pp. 73-100. [Consult. 15-04-2024]. Disponível em http://dx.doi.org/10.6035/ForumRecerca.2016.21.5

Rui-Mucova, Serafino; Azeiteiro, Ulisses; García, Antonio; Leal, Walter; Verde, Mario. (2021). "Addressing Rural Community's Risk Perceptions, Vulnerability, and Adaptation Strategies to Climate Change in Mozambique, Africa", in Leal Filho, W., Azeiteiro, U., Setti, A. F. (eds.). *Sustainability in Natural Resources Management and Land Planning*. Portugal: World Sustainability Series, Springer, pp. 283-310.

Santos, Michael; Ferreira, Ana; Lanzinha, João. (2023). "The role of the governance on the climate vulnerability index definition in Mozambique". *GeoJournal*, v 88, n 2, pp. 1687-1702. [Consult. 15-04-2024]. Disponível em https://doi.org/10.1007/s10708-022-10711-7

Salmi, Frederico; Fleury, Lorena. (2022). "Mudanças Climáticas e Ciências Sociais: análise bibliométrica do campo (2011-2021)". *BIB - Revista Brasileira de informação bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 1. n. 97, pp. 1-19. [Consult. 15-04-2024]. Disponível em https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/574

Stal, Marc. (2011). "Flooding and Relocation: The Zambezi River Valley in Mozambique". *International Migration*, v. 49, n. s1, pp. 125-145. [Consult. 15-04-2024]. Disponível em https://doi.org/10.1111/j.1468-2435.2010.00667.x

Stengers, Isabelle. (2015). *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo, Cosac Naify.

Spector, Malcolm; Kitsuse, John (1973). "Social Problems: A Re-Formulation". *Social Problems*, v. 21, n. 2, pp. 145-159. [Consult. 12-12-2023]. Disponível em https://doi.org/10.2307/799536

Veltrone, Allan. (2017). "As ciências sociais e as Mudanças Climáticas. *Ateliê Geográfico - Goiânia-GO*, v. 11, n. 3, 134-154. [Consult. 12/12/2023]. Disponível em https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/34741

Yordanov, V; Brovelli, M.A; Carrion, D; Barazzetti, L; Francisco, L; Comia, H; Caravela, M. (2020). "Capacity building for disaster management in Mozambique through teaching public participatory gis and spatial data infrastructure". International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences – ISPRS, v. 54, pp. 151–158. [Consult. 15-04-2024]. Disponível em https://doi.org/10.5194/isprs-archives-XLIV-3-W1-2020-151-2020

Zanoni, Magda; Raynaut, Claude. (2015). "Meio ambiente e desenvolvimento: imperativos para a pesquisa e a formação. Reflexões em torno do doutorado da UFPR". *Desenvolvimento e Meio Ambiente - DeMA*, v. 33, pp. 09-30. [Consult. 12-12-2023]. Disponível em https://revistas.ufpr.br/made/article/download/41086/25133

Carlos João Batista Manjate

https://orcid.org/0000-0001-8740-9439
https://lattes.cnpq.br/9967918595201063

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Mestre em Sociologia, Universidade Pedagógica de Moçambique. Assistente Universitário na Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique. Laboratório Urgente de Teorias Armas (LUTA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: jcarlos.manjate7@gmail.com

Edison Auqui-Calle

https://orcid.org/0000-0003-2179-0550
http://lattes.cnpq.br/7114700721487159

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Magister em Estudos Socioambientais, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Equador. Especialista em Políticas de Cambio Climático, Serviços Ecossistêmicos e Biodiversidade, Universidad Andina Simón Bolívar, Ecuador. Membro do grupo Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS-UFRGS), Brasil. E-mail: eauquifl@gmail.com